Judaísmo e Helenismo: resistência e submissão

O ambiente do querigma cristão

Na sociedade israelita tradicional as relações sociais são reguladas pelo sistema de parentesco. As famílias se agrupam numa formação hierarquizada de tipo patriarcal conhecida como *mishpaha* (= clã). A reprodução das famílias, a posse da terra, a defesa das propriedades, as festas cultuais e a memória coletiva, por exemplo, são organizadas no interior da estrutura clânica, gerando forte coesão social e intensa solidariedade entre seus membros.

Teologicamente, esta estrutura se expressa no tema do êxodo, que é o caminho do Egito para a terra de Israel, mas que também é a passagem da escravidão para a liberdade, caracterizada na destruição de uma engrenagem de opressão e na construção de uma sociedade soberana e solidária.

Porém, com o restabelecimento do domínio estrangeiro a partir do exílio, este projeto social vai se encontrar num tremendo impasse. Especialmente a partir dos domínios grego e romano que helenizam inexoravelmente a Palestina.

Minha proposta é a de observar este processo para situarmos melhor o ambiente judeu-helenista no qual a mensagem cristã é anunciada pela primeira vez.

Isto pode ser feito em três momentos:

1) a história de 586 aC a 135 dC;
2) o processo de helenização visto nos seus aspectos de submissão e resistência;
3) o estudo de dois casos: o da apocalíptica e o dos essênios.

1. DE BABEL A ROMA: A HISTÓRIA

No dia 19 de julho de 586 aC Jerusalém é tomada de assalto pelas tropas de Nabucodonosor, rei da Babilônia. Cai assim, definitivamente, a dinastia davídica que governara Israel durante 424 anos. Arrasada a cidade, parte da

população de Judá – cerca de 20 mil pessoas – é levada para o exílio babilônico, enquanto alguns milhares de camponeses permanecem na região, agora destruída e desorganizada.

Após 48 anos de exílio, anistiados por Ciro, o rei persa, voltam os judaítas para a sua terra. Mas não conseguirão a independência. Seu país será dominado sucessivamente pelos persas, gregos e romanos.

1.1. O domínio persa

A reconstrução do país é lenta e difícil. Os líderes do povo são agora os sacerdotes, que fazem do Templo de Jerusalém o seu centro de poder. Os persas garantem aos judeus deste pequeno território – cerca de 1.100 km^2 – a liberdade religiosa e uma ordem social regida pelas leis e costumes herdados dos antepassados. Mas lhes é negada a independência política, e o pagamento do tributo à Pérsia pesará sobre os ombros dos camponeses.

A terra é ruim para o plantio de cereais e o tributo deve ser pago em prata, porém a Judéia não possui minas de prata. Cria-se deste modo uma difícil situação econômica que provoca graves conseqüências sociais. Os camponeses precisam diminuir o número de familiares que vivem da renda da terra e investir em produtos que possam ser vendidos no mercado externo. Mas isso exige financiamento, e este gera dependência de credores ricos.

Ne 5,1-12 testemunha o conflito social que se instala na Judéia no séc. V aC: os credores estão se apropriando das casas e dos campos dos agricultores empobrecidos, além de reduzi-los à escravidão. E estes credores são judeus nobres e ricos, que violam assim as normas da solidariedade israelita fundada na relação de parentesco.

As providências tomadas por Neemias são apenas paliativas, e durante os 206 anos de domínio persa sobre a região o problema se agrava[1].

1.2. O domínio grego

Em 332 aC o macedônio Alexandre Magno anexa a Palestina ao seu império. Mas morre pouco depois e seus generais travam acirrada luta pela sucessão. O distrito de Judá pertencerá a senhores diversos até 301 aC, quando será controlado pelos ptolomeus, reis macedônios que governam a partir de Alexandria, no Egito.

Durante os 125 anos de governo ptolomaico da região é implantado um sistema de arrendamento, a famílias ricas da terra, do direito de cobrar os impostos locais que são enviados a Alexandria.

O sumo sacerdote continua a governar o distrito de Judá, mas se amplia a participação da aristocracia no poder. Apesar de relativo crescimento econômico, a concentração da riqueza nas mãos de poucos é evidente[2].

1. Cf., para esta questão, a excelente análise de KIPPENBERG, H.G. *Religião e formação de classes na antiga Judéia*. São Paulo, Paulinas, 1988, p. 40-50.

2. Cf. HENGEL, M. *Judaism and Hellenism. Studies in their Encounter in Palestine during the Early Hellenist Period*. Londres, SCM Press, 1981, p. 24-29.

A partir de 198 aC a Palestina passa para o domínio dos selêucidas, reis macedônios que governam a partir de Antioquia, na Síria.

A aristocracia judaica se sente prejudicada, no seu processo de enriquecimento, pela limitação imposta pelas leis judaicas que continuam em vigor. Aproveitando momento favorável, negocia com os selêucidas a implantação dos valores e do modo de vida gregos na região da Judéia. A lei judaica é abolida e a prática do judaísmo é proibida. Os judeus fiéis à tradição são perseguidos e mortos.

Isto provoca um levante armado de sacerdotes e camponeses, que chefiados pelos macabeus conseguem tomar o poder no séc. II aC. Durante 79 anos a Judéia será independente e governada pelos macabeus, que concentram em suas mãos os poderes político, militar e religioso.

A breve e conturbada independência da Judéia encontra seu fim quando o general Pompeu anexa a Roma, em 63 aC, os territórios do decadente reino selêucida[3].

1.3. O domínio romano

Inicialmente a Judéia passa a integrar a província romana da Síria. Mas a partir de 37 aC será governada por Herodes Magno, um idumeu que se torna rei do povo judeu e que intensifica o processo de helenização na região. Após a sua morte, o reino será dividido entre três de seus filhos: Arquelau, Herodes Antipas e Filipe.

Com a deposição de Arquelau, no ano 6 dC, a Judéia é governada diretamente pelos romanos. O imperador romano nomeia prefeitos e procuradores para a região.

Os desmandos destes governantes e a espoliação brutal a que é submetido o povo judeu acaba conduzindo o país a violenta revolta contra Roma. De 66 a 73 dC as legiões romanas massacram centenas de milhares de judeus, destruindo o país de norte a sul. Mais uma vez Jerusalém é arrasada e o Templo é incendiado no dia 29 de agosto de 70 dC. Os judeus são assassinados ou vendidos como escravos nos mercados romanos.

Durante o reinado de Adriano, no séc. II dC, há nova revolta judaica, quando o imperador decide construir no local da antiga Jerusalém uma cidade greco-romana e manda erguer um templo dedicado a Júpiter no mesmo lugar onde antes existira o Templo israelita. Em 135 dC, após quatro anos de luta, os rebeldes são esmagados e Jerusalém é proibida, sob pena de morte, aos judeus[4].

2. JUDAÍSMO E HELENISMO FACE A FACE: O PROCESSO

Com muita freqüência tem-se colocado as razões religiosa e cultural como motivo central para a helenização da Judéia e conseqüente resistência de boa parte da população.

3. Cf. SAULNIER, C. *A revolta dos macabeus*. São Paulo, Paulinas, 1987.
4. Cf. SAULNIER, C. – ROLLAND, B. *A Palestina no tempo de Jesus*. São Paulo, Paulinas, 1983.

Claro que na típica visão teocrática do judaísmo de então as motivações religiosas é que oferecerão os conceitos para a leitura dos fatos. Veja-se, por exemplo, 1Mc 1,41-42 e Dn 11,31-32.36-37.

Mas é preciso fazer uma leitura mais crítica deste processo. Além das razões estratégicas e políticas dos dominadores, há razões econômicas para o confronto[5].

2.1. Leis étnicas x leis políticas

O sistema político grego tradicional, que é o adotado pelos selêucidas, não dispõe de um mecanismo fiscal para o recolhimento do tributo. Esta função é arrendada à aristocracia dos povos dominados, proporcionando-lhe lucros financeiros e influência política junto ao governo estrangeiro. Este sistema limita a poucas famílias o acesso à cidadania e torna mais fácil o domínio.

Por outro lado, a noção grega de Estado é concretizada no Oriente ou na *pólis*, uma associação de cidadãos livres e autônomos baseada na vizinhança de seus membros, ou no *éthnos*, uma relação de parentesco baseada na solidariedade dos laços de sangue de seus componentes.

Ora, Judá é tradicionalmente um *éthnos*, e assim permanece também na época grega. Mas os governantes selêucidas reforçam muito os privilégios da aristocracia, criando condições para a sua emancipação da hierocracia e para o predomínio da "pólis" sobre o "éthnos".

A lei, baseada na vontade do rei selêucida – que reivindica tal direito como "direito de lança", por ser o conquistador – e não nas tradições dos antepassados codificadas na Torá (= Lei), cria condições para que a aristocracia judaica substitua as leis étnicas por leis políticas.

O pagamento do tributo agrícola, por exemplo, é feito da seguinte maneira na Judéia: a aristocracia recolhe dos camponeses um terço do produto das colheitas e metade da produção das frutas (1Mc 10,29-30). Vende estes produtos com ganhos e paga determinada quantia em prata aos seus senhores selêucidas. Neste sentido, é significativo que a primeira notícia a respeito do nascente conflito com o helenismo, em 2Mc 3,4, aponte uma razão econômica.

A aristocracia pressiona na direção da helenização total, como modo de quebrar as barreiras da tradição de solidariedade fundada na aliança. Seu enriquecimento fácil, baseado na tributação extorsiva, e a manutenção de seus privilégios chocam-se com as normas da lei.

Como, por exemplo, a lei sobre os escravos judeus, que exige sua libertação após algum tempo e/ou seu resgate, feito pelos parentes, caso caia em mãos estrangeiras (Dt 15,12-18; Lv 25,47-55). Isto limita certos ganhos da aristocracia no mercado de escravos, então muito lucrativo.

Ou a questão da terra. Segundo a teologia israelita, a terra é dom de Javé ao povo. Israel tem a posse da terra, mas não é seu proprietário (Dt 12,1.9.20 etc.). Pode-se até negociar a terra, mas somente dentro de determina-

5. Cf. KIPPENBERG, H.G. *Religião e formação de classes na antiga Judéia*, p. 73-87. SAULNIER, C. *Histoire d'Israel III. De la conquête d'Alexandre à la destruction du temple (331 aC – 135 aD)*. Paris, Du Cerf, 1985, p. 118-121.

das normas. Quem tem o direito de comprar a terra é apenas o parente do lado masculino da família. A venda da terra ao parente pode proteger, assim, o proprietário empobrecido de pagar tributos e impostos a estrangeiros, como pode evitar também que ele seja vendido como escravo permanente a estranhos.

Compare-se esta concepção israelita da posse da terra com a concepção grega, segundo a qual a terra pode ser dada a quem o rei determinar, porque ela lhe pertence por direito de conquista.

Ora, como no interior do clã israelita a estratificação social avança bastante nos períodos persa e grego, a aristocracia judaica que aí surge tende a excluir os mais pobres. A manutenção das regras do parentesco exigida pela lei prejudica os negócios da aristocracia. A solução será pedir ao rei selêucida a eliminação da lei.

Por outro lado, os sacerdotes macabeus, líderes da resistência, e seus partidários assideus (= os piedosos), defendem a manutenção dos laços de parentesco e da solidariedade étnica contra a instalação do regime da "pólis" em Jerusalém.

Aqui há uma coincidência dos interesses dos sacerdotes e levitas empobrecidos com os interesses dos camponeses. Por isso lutam lado a lado. Sacerdotes e levitas vivem da contribuição dos camponeses, pois não podem ser proprietários. De modo que a classe sacerdotal está interessada no controle público das terras como manda a lei, e não na sua privatização, que é a tendência da aristocracia filo-helênica.

2.2. O bloqueio da solidariedade

Porém, ao se consolidar no poder a partir da metade do séc. II aC, o governo macabeu toma rumos semelhantes aos de seus inimigos, afastando-se dos ideais originais da resistência. É isto principalmente que provoca os atritos com os judeus mais rigorosos na observância da lei. Originariamente aliados dos macabeus no combate à helenização, os assideus acabam divididos na época de Jônatas (160-143 aC). Deles saem os essênios, que rompem com o governo macabeu, e os fariseus que ainda o apóiam[6].

Não sendo os macabeus da família sadoquita – que fornece o sumo sacerdote para o Templo desde a época de Salomão – a ocupação deste posto por eles é considerada uma usurpação pelos judeus mais tradicionais. É assim que, na época de Jônatas, provavelmente um sacerdote do Templo, conhecido apenas como o "Mestre da Justiça", retira-se da cidade, fundando a comunidade dos essênios, que mais tarde se estabelece em Qumran e outros lugares da Palestina.

Já na época da intervenção romana se observa que o antigo e irreversível mecanismo de helenização continua avançando, inclusive com os macabeus envolvidos no processo. Cada vez mais a aristocracia se emancipa da hierocracia e se constitui em poderosa força econômica e política.

6. Cf., sobre os fariseus, saduceus e essênios, SCHÜRER, E. *The History of the Jewish People in the Age of Jesus Christ II.* Edinburgh, T & T Clark, 1986, p. 381-414; 555-590. SCHUBERT, K. *Os partidos religiosos hebraicos da época neotestamentária.* São Paulo, Paulinas, 1979.

Contudo, será sob o governo de Herodes Magno (37-4 aC) que se criará um poder totalmente independente das tradições judaicas, baseado nesta aristocracia economicamente muito bem situada e etnicamente indiferente[7].

Herodes não é judeu, descende de idumeus, e carece de legitimidade étnica para governar o país. É nomeado pelo senado romano e mais tarde confirmado no poder pelo imperador Otaviano. Por ser estrangeiro não tem para com os judeus nenhuma relação de reciprocidade, e sua legitimidade se funda na própria estrutura do poder exercido.

Herodes constrói uma estrutura de poder independente da tradição judaica: a) destituindo os macabeus do sumo sacerdócio e nomeando um sacerdote da família sacerdotal babilônica e, mais tarde, da alexandrina; b) exigindo de seus súditos um juramento que os obriga a obedecer às suas ordens, com freqüência em oposição às normas legais tradicionais; c) interferindo no exercício do tribunal de justiça (Sinédrio) e d) mandando vender assaltantes e revolucionários políticos como escravos no exterior, sem direito a resgate.

O que se vê é que a estrutura de poder do Estado sob Herodes é legitimada pela filosofia helenista que garante ser o rei a "lei viva" em oposição à lei codificada; ou seja, o rei é a fonte da lei, porque ele é regido pelo "nous" (= inteligência). O rei é a imagem de Deus que ordena e conserva o cosmos pelo "nous". O rei tem função salvadora e por isso dá aos seus súditos uma ordem racional através das normas do Estado. O rei em pessoa é a continuação do seu reino e o salvador de seus súditos.

Deste modo, Herodes é legitimado como pessoa e não por descendência, e seu poder não se funda na tradição dos antepassados, mas na aplicação do direito do dominador.

A posse da terra, por exemplo, é concedida por ele a quem lhe convém, segundo o sistema de "assignatio", assegurando-lhe, entre outras coisas, o poder militar. Pois seu exército se baseia em mercenários estrangeiros sediados em fortalezas, ou em lotes de terra cultivável (= cleruquias), ou em cidades não-judaicas por ele fundadas, a cujos cidadãos ele dá como posse o território que as rodeia, com os camponeses dentro...

Mais uma vez cumpre lembrar com H.G. Kippenberg[8] que é a tradição religiosa judaica da aliança Javé-Israel o principal instrumento de bloqueio ao crescimento das diferenças sociais e da estratificação de classes. O apelo às normas religiosas é fundamental para os grupos de resistência judaica. Normas desativadas pelo sistema jurídico do dominador que foi, pouco a pouco, sendo implantado. O progresso social realiza-se contra as antigas tradições de solidariedade. O complexo tradicional rural-sacerdotal sancionado por Neemias no séc. V aC, como resistência à formação de classes, perde definitivamente sua força.

7. Cf. KIPPENBERG, H.G. *Religião e formação de classes na antiga Judéia*, p. 109-116, que faz excelente análise deste processo.

8. Cf. KIPPENBERG, H.G. *Religião e formação de classes na antiga Judéia*, p. 124-125; 143.

3. A APOCALÍPTICA E OS ESSÊNIOS: A BUSCA DE ALTERNATIVAS

Chegados a este ponto, proponho o estudo de dois casos que exemplificam bastante bem a busca de alternativas frente aos impasses que ameaçam o judaísmo.

Um, mais geral, é o caso do pensamento apocalíptico, tendência presente em variados grupos, como assideus, fariseus, essênios e cristãos. O outro é mais específico, estranho e fascinante: é o caso dos essênios que desenvolvem uma teologia muito elaborada, recentemente descoberta.

3.1. A apocalíptica, filha e herdeira da profecia

No ambiente dos assideus é que devem ser procuradas as primeiras formulações substanciais da apocalíptica judaica. Tal como aparecem no livro de Daniel, escrito em 164 aC, e nas partes mais antigas do Henoc etiópico, escritas ainda na primeira metade do séc. II aC.

M. Hengel acredita que "a base epistemológica da apocalíptica é a noção de 'revelação' de uma 'sabedoria' divina especial sobre os mistérios da história, o cosmos, o mundo celeste e o destino dos indivíduos no fim dos tempos, ocultada à razão humana"[9].

É, como se vê, uma reação típica à cada vez mais influente racionalidade econômica grega. A apocalíptica é filha da profecia e, tal como a mãe, é extremamente combativa.

Sua maior efervescência se dá nos momentos das graves crises enfrentadas pelos judeus a partir da intervenção selêucida. A maior parte das obras apocalípticas surgem: a) no séc. II aC, durante a revolta dos macabeus contra os selêucidas; b) no séc. I aC, a partir da intervenção romana na Palestina; c) nos séc. I e II dC, durante as rebeliões judaicas contra Roma.

Mas a apocalíptica é bem mais do que uma literatura: "Ela é um grande e vigoroso movimento cultural, autenticamente judaico pelo seu meio social e por sua inspiração e, muito particularmente, por vários de seus traços. Além disso, desenvolveu-se nela uma verdadeira ciência da história"[10].

Acreditam os grupos apocalípticos que após Ageu, Zacarias, Malaquias acabaram-se os profetas. Na sua linguagem dizem: "os céus estão fechados" e não se manifesta mais, em benefício de Israel, o "Espírito de Javé". Só com a chegada da era messiânica os céus novamente se abrirão. É uma maneira disfarçada de dizer a crise histórica por que passa Israel com o avanço da helenização[11].

Frente a tal situação, calamitosa para Israel, os grupos assideus – e mais tarde também os essênios e alguns fariseus – dedicam-se à tarefa de preservar alguns sinais que permitam a continuidade da história viva do povo israelita. Assim nascem os livros apocalípticos.

9. HENGEL, M. *Judaism and Hellenism*, p. 250.

10. PAUL, A. *O que é o Intertestamento*. São Paulo, Paulinas, 1981, p. 64.

11. Veja-se tal visão da história nas descrições do batismo de Jesus feitas pelos evangelhos (Mc 1,9-11 e paralelos).

A preservação dos sinais que garantem a identidade israelita é possível através de dois mecanismos literários usados pelos círculos apocalípticos: o testamento e o arrebatamento (ou assunção).

O *testamento*, gênero bastante conhecido no AT, é usado pela apocalíptica como modo de preservação do legado de um personagem importante do passado. Assim, embora Moisés, Abraão, os filhos de Jacó, Salomão etc. não mais existam, sua atuação continua em Israel através do livro[12].

O *arrebatamento* ou *assunção* é outro típico artifício (simbólico) apocalíptico: se os céus estão fechados, como podem ser inspirados por Javé e conhecer a revelação os autores apocalípticos? Fácil: o autor é "arrebatado" aos céus. Se o Espírito não desce, vai-se até ele para escrever e fazer história.

Diz-se, no séc. I dC, que a lei fora queimada no Templo com a destruição feita por Nabucodonosor. Ora, só Moisés é o seu autor inspirado, autorizado. Então, como fazer para ter de novo a lei? Esdras, grande restaurador da lei no pós-exílio, é o homem certo. Esdras é arrebatado aos céus e refaz a obra de Moisés, recebendo ainda outras revelações. Sendo refeita a obra, refaz-se a continuidade da história de Israel, tornada de novo possível. Assim vê a realidade o IV livro de Esdras, escrito apocalíptico do final do séc. I dC. Esta foi, inclusive, a obra judaica não-bíblica mais difundida e mais usada nos meios cristãos primitivos.

Segundo P. Hanson, a apocalíptica é filha e sucessora da profecia. Mas, enquanto a profecia consegue integrar uma visão dos eventos cósmicos com os acontecimentos históricos, a apocalíptica perde esta tensão dialética e se refugia no mito, procurando saídas numa ordem cósmica supratemporal[13].

Esta polaridade precisa ser entendida em termos sociológicos: a dissolução da tensão entre visão e realidade é um expediente provocado pelo mundo hostil da pressão estrangeira e de seus associados internos.

3.2. Os essênios, comunidade da nova aliança

Entre 1946 e 1966 são encontrados cerca de mil manuscritos em hebraico, aramaico e grego em cavernas localizadas nas vizinhanças do Mar Morto. Destes, 11 manuscritos mais ou menos completos e milhares de fragmentos de outros cerca de 600 manuscritos pertencem a 11 grutas situadas na região de Qumran. Cerca de um terço deste material de Qumran é constituído de cópias de livros bíblicos, sendo o restante escritos apócrifos, trabalhos exegéticos e escritos da comunidade que vivia em um local atualmente conhecido como Khirbet Qumran, cerca de 12 km ao sul da moderna Jericó e a 1 km da margem noroeste do Mar Morto.

12. A maior parte dos livros apocalípticos são considerados apócrifos, estão fora do cânon das escrituras judaicas e cristãs. Foram preservados apenas em versões gregas, etíopes, siríacas, eslavas, latinas. Os livros apocalípticos são assinados à moda grega. Mas com nomes falsos. É o sistema da pseudonímia. Assinar o livro tardio com o nome de um personagem importante das origens é uma eficiente forma de legitimá-lo. Entre os testamentos, cumpre destacar *Os Testamentos dos Doze Patriarcas*, escrito entre 130 e 63 aC, e o *Testamento* (ou *Assunção*) *de Moisés*, escrito entre 3 aC e 30 dC.

13. Cf. HANSON, P.D. Apocalíptica no Antigo Testamento: um reexame. Em: AA.VV. *Apocalipsismo*, São Leopoldo, Sinodal, 1983, p. 35-60.

Hoje a maioria dos especialistas concorda que a comunidade que viveu em Qumran entre 135 aC e 68 dC deva ser identificada com os essênios[14].

Ali os essênios organizam uma comunidade regrada por estritas normas de vida. Eles se consideram como o resto fiel de Israel, a comunidade da nova aliança, o grupo através do qual se realizará a salvação escatológica de Israel.

Dedicam-se à preservação e interpretação da Torá mosaica como legítima herança israelita, e têm como certo que toda a sabedoria do resto do mundo é demoníaca, enquanto que só a sua sabedoria é dada por revelação divina. A comunidade essênia acredita numa reviravolta próxima e definitiva, quando então serão aniquiladas a corrupção e a injustiça praticadas pelos estrangeiros e israelitas filo-helênicos[15].

H.G. Kippenberg observa muito adequadamente que "o tradicionalismo dos essênios reconstruiu as tradições, não como leis (*nómoi*) político-utópicas, mas estava interessado nos aspectos coletivos da tradição, que legitimavam a formação de grupo religioso de concepção corporativa e motivaram a resistência à mudança social"[16].

A comunidade essênia rompe com a ordem social dominante e se organiza segundo princípios alternativos.

A antiga solidariedade gerada pelo parentesco é agora impossível na sociedade helenizada que domina a Palestina. Mas a solidariedade se torna independente e é racionalizada em normas éticas, cuja validade fica assegurada através de um pacto rigoroso que insiste na construção de relações pessoais e recíprocas. Esse é o projeto dos essênios.

CONCLUSÃO

Para terminar, gostaria de lembrar ao leitor que a questão da helenização é bastante complexa e que é possível abordar este assunto sob outros aspectos, tais como o religioso, o cultural ou o militar. Aqui eu me restringi a uma perspectiva localizada, a da helenização como bloqueio da solidariedade. E nem abordei as situações vividas pela diáspora.

Entretanto, considero que esta perspectiva pode nos levar a questões da maior importância, tais como: Em tal contexto, quais deverão ser as opções cristãs? Há uma única resposta cristã aos problemas colocados ou há propostas diferentes em contextos diferentes? Mais ainda: hoje, numa sociedade em que as condições reais de vivência da solidariedade são muitas vezes bastante problemáticas, o que significa retomar o primeiro anúncio cristão, assumi-lo e ser fiel, de verdade, ao Evangelho?

14. Cf. sobre Qumran e os essênios: LAPERROUSAZ, E.-M. *Os manuscritos do Mar Morto*, São Paulo, Cultrix, 1989. TYLOCH, W.J. *O socialismo religioso dos essênios*, São Paulo, Perspectiva, 1990. VERMES, G. *Os manuscritos do Mar Morto*. São Paulo, Mercuryo, 1991. LAMADRID, A.G. *Los descubrimientos del Mar Muerto*. Madri, La Editorial Católica, 1973^2.

15. Teologicamente, os textos mais expressivos da comunidade essênia são a *Regra da Comunidade* (1QS) e o *Documento de Damasco* (CD).

16. KIPPENBERG, H.G. *Religião e formação de classes na antiga Judéia*, p. 150.

LEITURAS RECOMENDADAS

1) Para um panorama histórico-social do Israel pós-exílico recomendo J. PIXLEY, *A história de Israel a partir dos pobres.* Petrópolis, Vozes, 1989, p. 91-134 (original espanhol).

2) Para o levante dos Macabeus é útil e de leitura fácil o *Caderno Bíblico* nº 41 de C. SAULNIER. *A revolta dos Macabeus.* São Paulo, Paulinas, 1987, 76 p. (original francês. Paris, 1982).

3) Para a situação da Palestina no séc. I dC é muito proveitosa a leitura do *Caderno Bíblico* nº 27 de C. SAULNIER – B. ROLLAND. *A Palestina no tempo de Jesus.* São Paulo, Paulinas, 1983, 96 p. (original francês. Paris, 1979).

4) Para a apocalíptica é excelente um capítulo do *Caderno Bíblico* nº 10 escrito por A. PAUL. *O que é o intertestamento.* São Paulo, Paulinas, 1981, p. 63-86 (original francês. Paris, 1975).

5) Sobre Qumran e os essênios pode ser lido o estudo introdutório de E.-M. LAPERROUSAZ. *Os manuscritos do Mar Morto.* São Paulo, Cultrix, 1989, 188 p. (original francês). Ou o interessante estudo de W.J. TYLOCH. *O socialismo religioso dos essênios.* São Paulo, Perspectiva, 1990, 206 p. (original polonês).

6) Finalmente, quem quiser aprofundar a questão da relação entre as tradições religiosas e a vida social dos judeus no pós-exílio deve ler o denso estudo sociológico de H.G. KIPPENBERG. *Religião e formação de classes na antiga Judéia.* São Paulo, Paulinas, 1988, 182 p. (original alemão. Göttingen 1981[2]).

Airton José da Silva
Caixa Postal 30
14340-000 Brodósqui, SP